

FAMÍLIA E ADOLESCÊNCIA: A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DE SEUS MEMBROS¹

Elisângela Maria Machado Pratta*
Manoel Antonio dos Santos#

RESUMO. A família tem passado por inúmeras transformações nas últimas décadas, sendo, portanto, passível de vários tipos de arranjos na atualidade. Entretanto, as funções básicas desempenhadas pela instituição familiar no decorrer do processo de desenvolvimento psicológico de seus membros permanecem as mesmas. Frente a esta realidade, a adolescência e as relações familiares nesta etapa do ciclo vital têm sido foco de numerosos estudos. Esta investigação objetivou apresentar uma sistematização dos resultados obtidos através de um estudo bibliográfico envolvendo os descritores: família e adolescência. A literatura consultada salienta que as transformações ocorridas na sociedade, na estrutura familiar e na forma como os pais foram educados provocaram dificuldades referentes à educação dos filhos, principalmente na adolescência. Além disso, a iniciação sexual precoce e o problema da drogadição têm preocupado os pais. Conclui-se pela necessidade de mais investigações referentes à questão familiar na adolescência, que focalizem temas como sexualidade e abuso de substâncias psicoativas.

Palavras-chave: família, adolescência, desenvolvimento humano.

FAMILY AND ADOLESCENCE: THE INFLUENCE OF THE FAMILY CONTEXT ON ITS MEMBERS' PSYCHOLOGICAL DEVELOPMENT

ABSTRACT. The family has been undergoing uncountless changes along the last decades, specially regarding its structure. Thus, nowadays, it has become subject to various kinds of adjustments. However, the basic functions of the family institution, the process of the psychological development of its members, remain the same. In view of this reality, adolescence and family relations have been the focus of a number of studies. The purpose of this research was to present a systematization of the results obtained through a bibliographic study involving two themes: family and adolescence. The referenced literature points out that the changes which occurred in the society, in the family structure and, in the way parents were raised have caused difficulties as regards the children's education, specially in the adolescence. Moreover, the early sexual initiation and drug addiction problem have been a concern to parents. It was concluded that more research should be conducted on family issues and adolescence, taking into consideration issues such as sexuality and substance abuse.

Key words: Family, adolescence, human development.

FAMILIA Y ADOLESCENCIA: LA INFLUENCIA DEL CONTEXTO EN EL DESARROLLO PSICOLÓGICO DE SUS MIEMBROS

RESUMEN. La familia ha pasado por innumerables transformaciones, principalmente estructurales, a lo largo de las últimas décadas, siendo, por lo tanto, en la actualidad, pasible de múltiples tipos de soluciones. Sin embargo, las funciones básicas de la institución familiar a lo largo del proceso de desarrollo de sus miembros siguen iguales. Frente a esta realidad, la adolescencia y las relaciones familiares en esta fase han sido foco de numerosos estudios. Esta investigación tuvo como objetivo presentar una sistematización de los resultados obtenidos a través de un estudio bibliográfico desarrollando dos temas: familia y adolescencia. La literatura consultada señala que las transformaciones ocurridas en la sociedad, en la estructura familiar y la forma cómo los padres fueron educados, provocaron dificultades en lo que se refiere a la educación de los hijos, principalmente en la adolescencia. Además de eso, la iniciación sexual precoz y la drogadicción preocupan a los padres. Se concluye que hacen falta más investigaciones referentes a la problemática familiar en la adolescencia, considerando principalmente temas como drogadicción y sexualidad.

Palabras-clave: familia, adolescencia, desarrollo humano.

¹ Apoio: CAPES.

* Mestre em Ciências. Docente da Universidade Camilo Castelo Branco, Campus VIII, Descalvado-SP.

Doutor em Psicologia Clínica. Docente da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Psicologia e Educação.

FAMÍLIA: CONCEPÇÕES TEÓRICAS, TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS

A família, desde os tempos mais antigos, corresponde a um grupo social que exerce marcada influência sobre a vida das pessoas, sendo encarada como um grupo com uma organização complexa, inserido em um contexto social mais amplo com o qual mantém constante interação (Biasoli-Alves, 2004). O grupo familiar tem um papel fundamental na constituição dos indivíduos, sendo importante na determinação e na organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento individual através das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar (Drummond & Drummond Filho, 1998). Pode-se dizer, assim, que esta instituição é responsável pelo processo de socialização primária das crianças e dos adolescentes (Schenker & Minayo, 2003). Nesta perspectiva, a família tem como finalidade estabelecer formas e limites para as relações estabelecidas entre as gerações mais novas e mais velhas (Simionato-Tozo, 1998), propiciando a adaptação dos indivíduos às exigências do conviver em sociedade.

Dessa maneira, a instituição familiar é muitas vezes designada como o primeiro grupo social do qual o indivíduo faz parte (Tallón, Ferro, Gomes & Parra, 1999), sendo vista, portanto, como a célula inicial e principal da sociedade na maior parte do mundo ocidental (Biasoli-Alves, 2004), ou ainda como a unidade básica da interação social (Osório, 1996) e como o núcleo central da organização humana.

Além disso, a família exerce um papel importante na vida dos indivíduos (Osório, 1996), sendo um modelo ou um padrão cultural que se apresenta de formas diferenciadas nas várias sociedades existentes e que sofre transformações no decorrer do processo histórico-social. Assim, a estruturação da família está intimamente vinculada com o momento histórico que atravessa a sociedade da qual ela faz parte, uma vez que os diferentes tipos de composições familiares são determinados por um conjunto significativo de variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas e históricas. Nesse sentido, para se abordar a família hoje é preciso considerar que a estrutura familiar, bem como o desempenho dos papéis parentais, modificaram-se consideravelmente nas últimas décadas (Singly, 2000).

A família no século XX: algumas considerações

Do início do século XX até meados dos anos 60, houve o predomínio do modelo de família denominado

“família tradicional”, no qual homens e mulheres possuíam papéis específicos, social e culturalmente estabelecidos. Ou seja, havia um aparato social e cultural que estabelecia como “naturais” alguns papéis atribuídos aos homens e às mulheres (Torres, 2000). Segundo esse modelo, que seguia de perto a divisão social do trabalho, o homem é o “chefe da casa”, o provedor da família, sendo responsável pelo trabalho remunerado, tendo autoridade e poder sobre as mulheres e os filhos, apresentando seu espaço de atuação ligado ao mundo externo, ou seja, fora do ambiente familiar. A mulher, por sua vez, é responsável pelo trabalho doméstico, estando envolvida diretamente com a vida familiar, dedicando-se ao cuidado dos filhos e do marido, ou seja, a atividades realizadas no âmbito da vida privada, do lar (Amazonas, Damasceno, Terto & Silva, 2003).

Além disso, no modelo de família hierárquica ou tradicional a afetividade familiar era marcada por um romantismo que englobava a idéia do amor materno como natural e apontava para a presença do amor e da preocupação para com o desenvolvimento das crianças (Caldana, 1998).

Por outro lado, as relações estabelecidas entre pais e filhos dentro deste modelo de família são marcadas pelas diferenças entre as gerações (Figueira, 1987), sendo definidas por meio de noções de respeito e autoridade, aspectos que caracterizam a assimetria da relação adulto-criança. Os pais, neste período, tinham controle absoluto sobre os filhos, sendo extremamente exigentes, principalmente no que dizia respeito à observância das normas e regras sociais. As crianças usufruíam de imensos espaços para suas brincadeiras – o território infantil se estendia por ruas, praças e quintais – convivendo com primos e amigos, porém eram sempre mantidas sob o olhar atento e zeloso das mães (Cano, 1997). Além disso, é importante ressaltar, segundo esta autora, que as atitudes educativas dos pais estavam baseadas em princípios vinculados à moralidade religiosa, ideário patriótico e higienismo médico.

A partir da segunda metade do século XX a família passou (e continua passando) por um processo de intensas transformações econômicas, sociais e trabalhistas (Singly, 2000), sobretudo nos países ocidentais. Diversos fatores concorreram para essas mudanças, como o processo de urbanização e industrialização, o avanço tecnológico, o incremento das demandas de cada fase do ciclo vital, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o aumento no número de separações e divórcios, a diminuição das famílias numerosas, o empobrecimento acelerado, a diminuição das taxas de mortalidade infantil e de natalidade, a elevação do

nível de vida da população, as transformações nos modos de vida e nos comportamentos das pessoas, as novas concepções em relação ao casamento, as alterações na dinâmica dos papéis parentais e de gênero. Estes fatores, entre outros, tiveram um impacto direto no âmbito familiar, contribuindo para o surgimento de novos arranjos que mudaram a “cara” dessa instituição (Biasoli-Alves, 2004; Romanelli, 2002; Scott, 2004).

Estas transformações levaram ao surgimento de configurações da organização familiar diferentes do modelo anterior (Singly, 2000). Começa, então, a emergir uma nova concepção de família, denominada de “família igualitária” (Figueira, 1987). Nessa nova estruturação, homens e mulheres estão atuando em condições mais ou menos semelhantes no mercado de trabalho formalmente remunerado, começando a dividir entre si o trabalho doméstico e a educação dos filhos, ainda que a maior parte destas tarefas se mantenha a cargo da mulher, que vem confrontando os desafios do mundo do trabalho procurando conciliar a vida profissional e familiar (Scavone, 2001).

Além disso, a maior participação da mulher no mercado de trabalho formalmente remunerado (Greenberger, Goldberg, Hamill, O’Neil & Payne, 1989), provocou mudanças nos padrões conjugais e familiares social e culturalmente estabelecidos, levando a uma reorganização dos papéis familiares tradicionais referentes a homens e mulheres (Scavone, 2001) evidenciando a importância dos papéis do homem na família (Greenberger & cols., 1989; Lisboa, 1987; Scavone, 2001). O homem passa a ser incentivado a manter um maior envolvimento afetivo com os(as) filhos(as), “terminando com a dicotomia: pai distante, figura de autoridade e mãe próxima, figura de afeto” (Lisboa, 1987, p. 14). Ele deve, portanto, ter uma participação ativa na criação dos filhos, percebendo que pode contribuir para o desenvolvimento destes de uma forma mais agradável e satisfatória do que a concebida pelo papel tradicional disciplinar.

Tais mudanças ocorridas nas últimas décadas também contribuíram para que a idéia de uma mulher-indivíduo começasse a impor-se frente à idéia da mulher-natureza destinada a ser mãe e dona-de-casa (Torres, 2000), pois, na contemporaneidade, a mulher almeja o sucesso pessoal sem mediadores, incluindo em seus ideais de vida a realização profissional (Amazonas & cols., 2003; Fleck & Wagner, 2003). Além disso, o trabalho feminino passa a garantir, muitas vezes, a subsistência das famílias (Fleck & Wagner, 2003), principalmente nos países de terceiro mundo.

Assim, frente a tais alterações, a tendência atual da família moderna é ser cada vez mais simétrica na distribuição dos papéis e obrigações, ou seja, uma família marcada pela divisão entre os membros do casal referente às tarefas domésticas, aos cuidados com os filhos e às atribuições externas, sujeita a transformações constantes, devendo ser, portanto, flexível para poder enfrentar e se adaptar às rápidas mudanças sociais (Amazonas & cols., 2003) inerentes ao momento histórico em que vivemos.

No que diz respeito às relações entre pais e filhos, esse padrão também se modificou, não sendo mais baseado na imposição da autoridade e sim na valorização de um relacionamento aberto, pautado na possibilidade de diálogo (Lisboa, 1987), o qual é considerado um elemento importante dentro do contexto familiar, principalmente, no que se refere à convivência entre os membros da família (Wagner, Ribeiro, Arteché & Bornholdt, 1999). A educação das crianças perdeu, portanto, seus aspectos autoritários. A criança continua sendo mantida sob a vigilância atenta da mãe, porém o processo educativo passa a ter novas exigências, como a consideração da questão da afetividade (Cano, 1997). Considerando-se esta realidade, Caldana (1998) aponta que, atualmente, verifica-se elementos contraditórios nas práticas paternas e que existem poucas regras que são determinadas, antecipadamente, para disciplinar o cotidiano das crianças.

Tais aspectos estão relacionados a duas vertentes: a) a falta de um padrão de educação que integre práticas coerentes e uniformes tanto entre famílias quanto dentro de uma mesma família; b) as rápidas alterações no âmbito das relações familiares frente à passagem de um modelo tradicional para um modelo considerado moderno, oriundo de um processo de transformação sócio-econômica que contribuiu – e ainda contribui – para a mudança do sistema de valores dos indivíduos (Caldana, 1998).

Nesse sentido, Figueira (1987) aponta que este rápido processo de mudanças ocorridas nas relações e nos valores familiares levaram à inexistência de referenciais pessoais claros para a orientação da conduta dos indivíduos. Assim, determinados comportamentos que até há alguns anos atrás eram considerados como culturalmente aceitáveis, e até mesmo, esperados, como é o caso da utilização da força física na educação da criança, seja pelos pais, seja pelos cuidadores, atualmente são criticados e coibidos pelos direitos constitucionais (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003).

Desse modo, se observa um conflito constante entre os valores assimilados pelos indivíduos nas

etapas iniciais da vida (no caso, valores inculcados pelos pais) com aqueles que eles adquiriram no decorrer do seu processo de transição adolescente e na sua juventude (Nicolaci-da-Costa, 1985). Portanto, no momento que o adulto, agora pai ou mãe, vê-se envolvido com o processo educativo dos filhos, esses valores entram em choque, o que leva tais indivíduos a se perceberem destituídos de um referencial para seguir. Muitas vezes se mostram contraditórios na educação dos filhos, resultando em práticas educacionais inconsistentes que influenciam no desenvolvimento destes.

Do ponto de vista das transformações ocorridas no contexto familiar, é necessário pontuar as mudanças observadas no ambiente doméstico, particularmente na realidade brasileira, nos últimos anos do século XX. As análises das modificações sofridas pela família brasileira, considerando-se estes últimos anos, principalmente a década de 90, apontam para a emergência de novos arranjos familiares (Scavone, 2001) e de novas concepções e valores referentes ao casamento e à vida em comum.

Em decorrência deste cenário de transformações, hoje é possível observar na realidade brasileira o aumento do número de uniões consensuais, de famílias chefiadas por mulheres (ou monoparentais) e de famílias reconstituídas, ou seja, famílias originadas a partir de novas uniões de um ou dos dois cônjuges que se separaram (Torres, 2000). Essas inovações e reformulações do modelo anterior demonstram que a família passou, e continua passando, por vigorosas mudanças em sua organização, seja em termos de composição ou em relação às formas de sociabilidade que vigoram em seu interior (Romanelli, 2002).

Contudo, apesar de tais transformações, a família ainda mantém o papel específico que exercia no contexto social e continua a ser uma instituição reconhecida e altamente valorizada, uma vez que prossegue exercendo funções capitais durante todo o processo de desenvolvimento de seus membros.

Família e desenvolvimento humano

A família possui um papel primordial no amadurecimento e desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos, apresentando algumas funções primordiais, as quais podem ser agrupadas em três categorias que estão intimamente relacionadas: funções biológicas (sobrevivência do indivíduo), psicológicas e sociais (Osório, 1996).

A função biológica principal da família é garantir a sobrevivência da espécie humana, fornecendo os cuidados necessários para que o bebê humano possa se desenvolver adequadamente.

Em relação às funções psicológicas, podem-se citar três grupos centrais: a) proporcionar afeto ao recém-nascido, aspecto fundamental para garantir a sobrevivência emocional do indivíduo; b) servir de suporte e continência para as ansiedades existenciais dos seres humanos durante o seu desenvolvimento, auxiliando-os na superação das “crises vitais” pelas quais todos os seres humanos passam no decorrer do seu ciclo vital (um exemplo de crise que pode ser mencionado aqui é a adolescência); c) criar um ambiente adequado que permita a aprendizagem empírica que sustenta o processo de desenvolvimento cognitivo dos seres humanos (Osório, 1996).

Segundo Romanelli (1997) a família corresponde a um lugar privilegiado de afeto, no qual estão inseridos relacionamentos íntimos, expressão de emoções e de sentimentos. Portanto, pode-se dizer que é no interior da família que o indivíduo mantém seus primeiros relacionamentos interpessoais com pessoas significativas, estabelecendo trocas emocionais que funcionam como um suporte afetivo importante quando os indivíduos atingem a idade adulta. Estas trocas emocionais estabelecidas ao longo da vida são essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e para a aquisição de condições físicas e mentais centrais para cada etapa do desenvolvimento psicológico.

No que tange à função social da família, o cerne está na transmissão da cultura de uma dada sociedade aos indivíduos (Osório, 1996), bem como na preparação dos mesmos para o exercício da cidadania (Amazonas & cols., 2003). Sendo assim, é a partir do processo socializador que o indivíduo elabora sua identidade e sua subjetividade (Romanelli, 1997), adquirindo, no interior da família, os valores, as normas, as crenças, as idéias, os modelos e os padrões de comportamento necessários para a sua atuação na sociedade (Drummond & Drummond Filho, 1998; Tallón & cols., 1999). Ressalte-se que as normas e os valores que introjetamos no interior da família permanecem conosco durante toda a vida, atuando como base para a tomada de decisões e atitudes que apresentamos no decorrer da fase adulta. Além disso, a família continua, mesmo na etapa adulta, a dar sentido às relações entre os indivíduos, funcionando como um espaço no qual as experiências vividas são elaboradas (Sarti, 2004).

Buscando compreender um pouco mais sobre o funcionamento da instituição familiar, é interessante ressaltar que muitos autores caracterizam a família dentro de uma perspectiva sistêmica, considerando-a como um sistema ativo que está em constante processo de transformação e de evolução, e que se move por

meio de ciclos (Sudbrack, 2001). Este processo possibilita a diferenciação e a individuação dos membros que compõem a estrutura familiar. Isso porque, do ponto de vista sistêmico, a família é constituída por um conjunto de pessoas em contínua interação, apresentando uma história comum, a qual tem sido ancorada, ao longo dos tempos, em regras, comportamentos, mitos e crenças compartilhados e validados por todos os membros que constituem este sistema (Carranza & Pedrão, 2005).

Dentro da perspectiva sistêmica a família pode ser caracterizada a partir da natureza das relações estabelecidas entre os seus componentes, isto é, a forma como interagem entre si e como se encontram vinculados nos diferentes papéis e subsistemas (Sudbrack, 2001), pois o sistema familiar é composto por vários subsistemas, por exemplo, mãe-criança, pai-criança, mãe-pai-criança, os quais estabelecem relações únicas, sendo que cada um destes influencia e é influenciado pelos outros subsistemas existentes. Pode-se dizer, então, que a família corresponde a um todo complexo e integrado, dentro do qual os membros são interdependentes e exercem influências recíprocas uns nos outros. Além disso, a família pode ser considerada, ao mesmo tempo, como um sistema dentro de um outro sistema – o sistema social, sofrendo influências constantes deste último, além de influenciá-lo também (Sudbrack, 2001).

Nesse sentido, Scabini (1992) ressalta que a família, constituindo-se como uma organização complexa de relações entre os membros que a compõem, tem por objetivo organizar, produzir e dar forma a essas relações. Sendo assim, há a necessidade de adaptações constantes da rede complexa de relações familiares frente às constantes transformações que ocorrem no âmbito familiar, para que essas relações promovam o desenvolvimento de seus membros (Romanelli, 1997; Sudbrack, 2001). Entretanto, estas adaptações estão relacionadas ao próprio processo de desenvolvimento das famílias que, como um grupo, também passam por fases evolutivas ao longo do seu ciclo vital. Ou seja, existe um cruzamento entre o ciclo vital da família e o ciclo de vida de seus membros, sendo que cada etapa envolve processos emocionais de transição, bem como mudanças primordiais para dar seguimento ao desenvolvimento tanto individual quanto familiar (Simionato-Tozo, 2000).

O ciclo vital evolutivo da família é dinâmico (Osório, 1996; Tallón & cols., 1999), sendo marcado tanto por eventos críticos previsíveis (nascimento, adolescência, casamento dos filhos, entre outros) quanto por eventos críticos não previsíveis (separações,

doenças, perdas, entre outros), os quais causam grande impacto no contexto familiar, provocando um aumento da pressão e uma desorganização dentro deste contexto, o que acaba influenciando diretamente no processo de desenvolvimento da família (Scabini, 1992). Isso quer dizer que os eventos que marcam o ciclo evolutivo familiar, tanto previsíveis quanto imprevisíveis, provocam uma crise no funcionamento da família, a qual necessita ser solucionada para que haja a manutenção da saúde familiar (Scabini, 1992). Esta crise afeta, direta ou indiretamente, todos os membros da família, como a que acontece, por exemplo, no período da adolescência, considerado como uma fase do ciclo vital familiar que provoca intensas transformações relacionais, especialmente entre pais e filhos (Sudbrack, 2001). Isso porque, segundo Cervený e Berthoud (2001), pais e filhos encontram-se em momentos diferentes de transformação, ou seja, os adolescentes costumam questionar valores e regras familiares, preocupando-se intensamente com o futuro, enquanto seus pais se encontram em uma etapa de questionamento profissional, de reflexão e de transformação, também repensando o futuro.

Considerando-se este contexto, é necessário que a família supere as crises pelas quais passa e consiga modificar-se, englobando as diferenças e mudanças pessoais dos membros que a constituem, como as que ocorrem nos períodos considerados como típicos de transição, por exemplo, a adolescência. Além disso, conflitos e tensões correspondem a aspectos marcantes da vida familiar em todos os momentos de sua existência, uma vez que, na família segundo Romanelli (1997), a expressão de sentimentos, aspirações e emoções é mais livre.

Entretanto, destaca-se que a manutenção da saúde familiar não depende apenas da capacidade de superação das crises, mas também da boa qualidade das relações entre os membros da família e da boa qualidade das trocas familiares com o meio social no qual está inserida (Scabini, 1992). Neste sentido, a harmonia, a qualidade do relacionamento familiar e a qualidade do relacionamento conjugal são aspectos importantes que exercem influência direta no desenvolvimento dos filhos, podendo influenciar até mesmo no possível aparecimento de déficits e transtornos psicoafetivos nos indivíduos (Tallón & cols., 1999).

No que tange ainda às relações estabelecidas dentro do âmbito familiar, pode-se argumentar que, segundo Romanelli (1997), a família

está estruturada por relações de naturezas distintas. De um lado, relações de poder e

autoridade estruturam a família, cabendo a marido e esposa, a pais e filhos, posições hierárquicas definidas e direitos e deveres específicos, porém desiguais. Por outro lado, a família é estruturada por relações afetivas criadas entre seus componentes, com conteúdo diversificado conforme o vínculo entre eles e de acordo com o gênero e a idade de cada um dos seus integrantes. Porém, a organização das relações estruturais é variável em famílias de diferentes segmentos sociais (p. 27).

Assim a relação entre pais e filhos é a que apresenta o vínculo mais forte dentro do contexto familiar, ligando-se “à reprodução da família em sentido mais amplo, englobando a reprodução biológica e, sobretudo, a reprodução social” (Romanelli, 1995, p. 1). Além disso, Tallón e cols. (1999) ressaltam que o tipo de interação estabelecido entre pais e filhos, bem como as expectativas e sentimentos dos pais em relação aos filhos, exercem um papel muito importante no tipo de personalidade futura dos filhos e no êxito escolar dos mesmos.

Desse modo, pode-se asseverar que as experiências vivenciadas pelo jovem, tanto no contexto familiar quanto nos outros ambientes nos quais ele está inserido, contribuem diretamente para a sua formação enquanto adulto, sendo que, no âmbito familiar, o indivíduo vai passar por uma série de experiências genuínas em termos de afeto, dor, medo, raiva e inúmeras outras emoções, que possibilitarão um aprendizado essencial para a sua atuação futura.

Família e adolescência: os pais frente à adolescência dos filhos

Considerando-se os aspectos acima mencionados a respeito da importância da família para o desenvolvimento, bem como a questão do ciclo de vida familiar, pode-se dizer que um evento previsível que apresenta grande impacto na vida familiar é a adolescência, considerada como uma crise importante no contexto familiar (Kalina, 1999; Tallón & cols., 1999). Encarada como uma fase do ciclo de vida familiar, a adolescência apresenta tarefas particulares, que envolvem todos os membros da família. Pode-se dizer, então que este período se constitui como uma fase de transição do indivíduo, da infância para a idade adulta, evoluindo de um estado de intensa dependência para uma condição de autonomia pessoal (Silva & Mattos, 2004) e de uma condição de necessidade de controle externo para o autocontrole (Biasoli-Alves, 2001), sendo marcado por mudanças evolutivas rápidas

e intensas nos sistemas biológicos, psicológicos e sociais (Marturano, Elias & Campos, 2004).

Portanto, nesse período evolutivo, crucial para o desenvolvimento do indivíduo, culmina todo o seu processo maturativo biopsicossocial, ocorrendo a aquisição da imagem corporal definitiva, bem como a estruturação final da personalidade (Drummond & Drummond Filho, 1998; Osório, 1996).

Estudos evidenciam que a adolescência corresponde a um fenômeno biopsicossocial (Kalina, 1999) cujo elemento psicológico do processo é constantemente determinado, modificado e influenciado pela sociedade (Kalina, 1999). Ela corresponde a um período de descobertas dos próprios limites, de questionamentos dos valores e das normas familiares e de intensa adesão aos valores e normas do grupo de amigos. Nessa medida, é um tempo de rupturas e aprendizados, uma etapa caracterizada pela necessidade de integração social, pela busca da autoafirmação e da independência individual e pela definição da identidade sexual (Silva & Mattos, 2004).

Os adultos têm um papel central neste processo, pois oferecem a base inicial aos mais jovens, a bagagem de regras e normas essenciais para o social, bem como atuam como modelos introjetados, geralmente como ideais, cujas atitudes e comportamentos serão transmitidos às gerações que os sucedem (Biasoli-Alves, 2001).

Apesar da adolescência ser considerada por muitos como um fenômeno universal, ou seja, que acontece em todos os povos e em todos os lugares, o início e a duração deste período evolutivo varia de acordo com a sociedade, a cultura e as épocas, ou seja, esta fase evolutiva apresenta características específicas dependendo do ambiente sócio-cultural e econômico no qual o indivíduo está inserido (Osório, 1996). Entretanto, o conceito de adolescência, tal como conhecemos hoje, é uma construção recente do ponto de vista sócio-histórico.

Admite-se, em geral, que essa fase do desenvolvimento humano tem início a partir das mudanças físicas que ocorrem com os indivíduos a partir da puberdade. Neste sentido, torna-se importante pontuar que puberdade e adolescência, apesar de estarem diretamente relacionadas, correspondem a dois fenômenos específicos, ou seja, enquanto a puberdade envolve transformações biológicas inevitáveis, a adolescência refere-se aos componentes psicológicos e sociais que estão diretamente relacionados aos processos de mudança física gerados neste período (Osório, 1996). Ou seja, a adolescência começa na biologia e termina na cultura no momento em que menino e menina atingiram

razoável grau de independência psicológica em relação aos pais. Assim, em algumas sociedades consideradas mais simples, essa etapa do ciclo evolutivo pode ser breve, enquanto que em sociedades evidenciadas como tecnologicamente mais desenvolvidas, a adolescência tende a se prolongar (Traverso-Yépez & Pinheiro, 2002).

Nessa etapa do desenvolvimento, o indivíduo passa por momentos de desequilíbrios e instabilidades extremas, sentindo-se muitas vezes inseguro, confuso, angustiado, injustiçado, incompreendido por pais e professores, o que pode acarretar problemas para os relacionamentos do adolescente com as pessoas mais próximas do seu convívio social. Entretanto, essa crise desencadeada pela vivência da adolescência é de fundamental importância para o desenvolvimento psicológico dos indivíduos (Drummond & Drummond Filho, 1998), o que faz dela uma crise normativa.

Contudo, a vivência da adolescência não é um processo uniforme para todos os indivíduos, mesmo compartilhando de uma mesma cultura. Ela costuma ser, geralmente, um período de conflitos e turbulências para muitos, no entanto há pessoas que passam por esta fase sem manifestarem maiores problemas e dificuldades de ajustamento. Dados epidemiológicos evidenciam que cerca de 20% dos adolescentes apresentam problemas de saúde mental e necessitam de ajuda, enquanto que os demais atravessam essa etapa do desenvolvimento sem maiores problemas (Marturano & cols., 2004), ou seja, passam pela adolescência “absolutamente imunes a qualquer tipo de crise. Simplesmente vivem, adquirem ou não determinados valores, idéias e comportamentos e chegam ‘incólumes’ à idade adulta” (Becker, 1994, p. 12).

Além disso, é necessário ressaltar ainda que o processo de adolescência não afeta apenas os indivíduos que estão passando por este período, mas também as pessoas que convivem diretamente com os mesmos, principalmente a família. Isso porque a adolescência dos filhos tem influência direta no funcionamento familiar, constituindo-se, portanto, como um processo difícil e doloroso tanto para os adolescentes quanto para seus pais, uma vez que, como já foi discutido anteriormente, a família não é constituída pela simples soma de seus membros, mas um sistema formado pelo conjunto de relações interdependentes no qual a modificação de um elemento induz a do restante, transformando todo o sistema, que passa de um estado para outro.

Assim, a adolescência favorece as condições necessárias para a emergência de uma série de problemas e conflitos dentro do contexto familiar,

sendo que muitos estudos enfatizam que há um aumento das brigas e disputas entre pais e filhos durante os anos da adolescência (Wagner, Falcke, Silveira & Mosmann, 2002), uma vez que a necessidade de negociação constante, inerente a esta etapa, aumenta o potencial de conflitos entre as gerações (Marturano & cols., 2004). A literatura ressalta ainda que o aumento desses conflitos geralmente está acompanhado de uma diminuição na proximidade do convívio, principalmente em relação ao tempo que adolescentes e pais passam juntos (Steinberg & Morris, 2001). Contudo, um conflito bem negociado pode levar a um crescimento para os filhos e para os pais (Marturano & cols., 2004).

Por esse motivo o diálogo nessa etapa do desenvolvimento assume um papel ainda mais importante, apesar de muitas vezes os adolescentes buscarem se fechar em seu “mundo” próprio. Devido à essa tendência à reclusão e a busca de refúgio na fantasia e no devaneio, o diálogo com os membros da família, nessa etapa da vida, é essencial, pois é justamente nesse período que eles mais necessitam da orientação e da compreensão dos pais, sendo que todo o legado que a família transmitiu aos mesmos desde a infância continua sendo relevante (Drummond & Drummond Filho, 1998). A falta de diálogo no ambiente familiar pode, portanto, acarretar ou, em certos casos, acentuar algumas dificuldades, principalmente em termos de relacionamento, podendo afetar até mesmo o bem-estar e a saúde psíquica dos adolescentes.

Nesse contexto, Drummond & Drummond Filho (1998) salientam que, além do recurso do diálogo, quando a família busca desde cedo estabelecer relações de respeito, confiança, afeto e civilidade entre seus membros, tende a lidar com essa fase do desenvolvimento de uma maneira mais adequada e com menos dificuldades do que uma outra família na qual tais valores não foram praticados.

Quando um grupo familiar possui um filho adolescente, o grupo como um todo parece adoescer. Os pais vivenciam sentimentos variados em decorrência da adolescência de seus filhos e as respostas que são capazes de dar aos adolescentes estão condicionadas à forma pela qual os mesmos resolveram o seu processo adolescente, “ao nível de integração que têm como casal e à sua capacidade de adaptação às redefinições que esta situação implica” (Kalina, 1999, p. 21).

Assim, pode-se dizer que, frente à adolescência dos filhos, os pais apresentam uma angústia intensa, tanto em função de suas próprias inseguranças quanto por evocações conscientes ou inconscientes de suas

fantasias e/ou atitudes vivenciadas durante o seu próprio processo adolescente (Levisky, 1998).

Além das questões apontadas acima, é importante pontuar ainda que, nos últimos vinte anos a sociedade em geral, bem como a instituição familiar em particular, têm passado por inúmeras transformações, que acabam produzindo modificações relevantes no que diz respeito às vivências, à percepção e à construção que os adolescentes, por exemplo, produzem de seus aspectos sócio-afetivos, bem como de seus projetos de vida.

Dessa forma, atualmente, além das preocupações gerais dos pais com a questão de como lidar com a adolescência dos filhos, existem dois grandes problemas que vêm afligindo os adultos que possuem filhos adolescentes. São eles: a iniciação sexual precoce e a ameaça da drogadição, os quais trazem consigo também a preocupação crescente com a possibilidade de contaminação pelo vírus HIV, uma vez que tem crescido assustadoramente o número de adolescentes contaminados por este agente infeccioso. Estes dois aspectos se destacam na pauta de preocupações parentais, uma vez que as influências do contexto no qual os adolescentes se desenvolvem, tanto no que diz respeito à família quanto no que concerne ao ambiente macrosocial, associadas às características de imaturidade emocional, impulsividade e comportamento desafiador que freqüentemente estão presentes na fase da adolescência, resultam no engajamento em comportamentos considerados de risco, como por exemplo a iniciação sexual precoce, a ausência de proteção durante o ato sexual, uso de substâncias psicoativas e baixos níveis de atividade física (Rebolledo, Medina & Pillon, 2004).

Segundo Drummond & Drummond Filho (1998), as inadequações de comportamento e até mesmo a exposição a riscos desnecessários podem surgir em função da própria curiosidade, extremamente presente nessa etapa evolutiva, e de outros fatores cognitivos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais que podem exercer um papel importante na determinação de comportamentos de risco nesse período do desenvolvimento. No caso específico do consumo de substâncias psicoativas, regulamentadas ou ilícitas, apesar de sempre ter existido, só se tornou um fator preocupante para os pais na atualidade, pois o consumo de drogas aumentou significativamente entre os adolescentes nos últimos anos (Pratta, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência tem sido alvo de numerosos estudos. A revisão da literatura que empreendemos

demonstrou que há evidências consistentes de que a família nos dias de hoje ainda exerce um papel importante no desenvolvimento de seus membros, principalmente no período da adolescência.

Considerando-se as mudanças ocorridas na organização social e na estrutura e funcionamento das famílias nos últimos tempos, bem como o papel crucial que a instituição familiar continua exercendo no processo de desenvolvimento dos indivíduos, os estudos revisados convergem no sentido de acumular evidências de que essas transformações estão na base de diversos problemas psicológicos contemporâneos.

A emergência de novas composições familiares, associadas à forma específica como os pais foram educados e à influência de novos padrões de relacionamento interpessoal que vigoram na atualidade, tendem a desencadear dificuldades na educação dos filhos, sendo que a preocupação com o desenvolvimento de crianças e adolescentes, com o modo de educá-los e orientá-los, e as maneiras de conduzi-los com segurança rumo a uma adultez saudável, nunca estiveram tão presentes nas discussões, científicas ou não, como nos dias atuais (Cano, 1997).

Estas preocupações emergem tanto nas publicações a respeito da infância, quanto nas dedicadas à adolescência. Considerando que o adolescente se desenvolve no contexto familiar e nele permanece por um período que tem se expandido cada vez mais – lembrando que em países da América Latina esse tempo de convívio com a família de origem é maior do que o observado em outras culturas, como é o caso da sociedade norte-americana – torna-se essencial considerar a situação familiar e o meio social nos estudos sobre adolescência (Kalina, 1999).

Os resultados acumulados até o presente sugerem a necessidade de novas investigações, que busquem compreender melhor o papel das relações familiares no processo adolescente, principalmente no que se refere à exploração de temas complexos, como sexualidade e consumo de drogas.

Assim, pode-se dizer que, apesar das transformações significativas vivenciadas pela família nas últimas décadas do século XX e início do XXI, o homem continua depositando nessa instituição a base de sua segurança e bem-estar, o que por si só é um indicador da valorização da família como contexto de desenvolvimento humano.

Concluindo, os estudos sugerem que a família ainda mantém seu papel específico no contexto social em que se insere. No nível microsossial, continua a ter um papel central durante todo o processo de desenvolvimento de seus membros, desempenhando

funções particulares em cada etapa, embora tenham sido observadas alterações em termos da intensidade com que essas funções são exercidas na contemporaneidade (Nogueira, 1998).

Por essas razões, torna-se imperativo investir em programas de orientação para pais com a finalidade de instrumentalizá-los para poderem lidar de forma mais adequada com seus filhos adolescentes, auxiliando-os a fornecer orientações mais precisas que sirvam de referência para os adolescentes frente a situações que necessitem de reflexão e tomada de decisões. Assim, os pais podem reduzir suas angústias frente à adolescência dos filhos e estes, por sua vez, podem ver os pais como um suporte emocional singular ao qual podem recorrer diante das dificuldades de ajustamento que enfrentam.

REFERÊNCIAS

- Amazonas, M. C. L., Damasceno, P. R., Terto, L. M. & Silva, R. R. (2003). Arranjos familiares de crianças de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 8(nº esp.), 201-208.
- Becker, D. (1994, 13ª Ed.). *O que é adolescência?* São Paulo: Brasiliense.
- Biasoli-Alves, Z. M. (2001). Crianças e adolescentes: a questão da tolerância na socialização das gerações mais novas. Em Z. M. Biasoli-Alves & R. Fischman (Orgs.), *Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância* (pp.79-93). São Paulo: EDUSP.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2004). Pesquisando e intervindo com famílias de camadas diversificadas. Em C. R. Althoff, I. Elsen & R. G. Nitschke (Orgs.), *Pesquisando a família: olhares contemporâneos* (pp. 91-106). Florianópolis: Papa-livro.
- Caldana, R. H. L. (1998). A criança e sua educação no início do século: autoridade, limites e cotidiano. *Temas em Psicologia*, 6(2), 87-103.
- Cano, M. A. (1997). A percepção dos pais sobre sua relação com os filhos adolescentes: reflexos da ausência de perspectivas e as solicitações de ajuda. Tese de Livre Docência Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto.
- Carranza, D. V. V. & Pedrão, L. J. (2005). Satisfacción personal del adolescente adicto a drogas en el ambiente familiar durante la fase de tratamiento en un instituto de salud mental. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 13(nº esp.), 836-844.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8(nº esp.), 45-54.
- Cervený, C. M. O. & Berthoud, C. M. E. (2001). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Drummond, M. & Drummond Filho, H. (1998). *Drogas: a busca de respostas*. São Paulo: Loyola.
- Figueira, S. (1987). O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível do social. Em S. Figueira (Org.), *Uma nova família* (pp. 11-30). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fleck, A. C. & Wagner, A. (2003). A mulher como principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, 8(nº esp.), 31-38, 755-783.
- Greenberger, E., Goldberg, W., Hamill, S., O’Neil, R. & Payne, C. K. (1989). Contributions of a supportive work environment to parents well-being and orientation to work. *American Journal of Community Psychology*, 17 (6), 755-783.
- Kalina, E. (1999, 3ª Ed.). *Psicoterapia de adolescentes: teoria, técnica e casos clínicos*. (C. R. A. Silva, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Levisky, D. (1998). *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lisboa, M. R. A. (1987). *A sagrada família: a questão do gênero em famílias católicas*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada,. Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Marturano, E., Elias, L. & Campos, M. (2004). O percurso entre a meninice e a adolescência: mecanismos de vulnerabilidade e proteção. Em E. M. Marturano, M. B. M. Linhares & S. R. Loureiro (Orgs.), *Vulnerabilidade e proteção: indicadores na trajetória de desenvolvimento escolar* (pp. 251-288). São Paulo: Casa do Psicólogo/FAPESP.
- Nicolaci-da-Costa, A. M. (1985). Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. Em S. Figueira (Org.), *Cultura da psicanálise* (pp. 147-168). São Paulo: Brasiliense.
- Nogueira, M. A. (1998). Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação. *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação*, 8 (14/15), 91-104.
- Osório, L. C. (1996). *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pratta, E. M. M. (2003). *Adolescência, drogadição e família: caracterização do padrão de consumo de substâncias psicoativas e avaliação da percepção dos pais em adolescentes do ensino médio*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Rebolledo, E. A. O., Medina, N. M. O. & Pillon, S. C. (2004). Factores de riesgo asociados al uso de drogas em estudiantes adolescentes. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 12(nº esp.), 369-375.
- Romanelli, G. (1995). Papéis familiares e paternidade em famílias de camadas médias. Trabalho apresentado na *XIX Reunião Anual da ANPOCS*. [mimeo].
- Romanelli, G. (1997). Famílias de classes populares: socialização e identidade masculina. *Cadernos de Pesquisa NEP*, 1-2, 25-34.
- Romanelli, G. (2002). Autoridade e poder na família. Em M. C. B. Carvalho (Org.), *A família contemporânea em debate*. (pp. 73-88). São Paulo: EDUC/Cortez.
- Sarti, C. A. (2004). A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*, 15(3), 11-28.
- Scabini, E. (1992). *Ciclo de vida familiar e de saúde familiar*. Manuscrito não publicado. Universidade Católica do Sagrado Coração. Milão, Itália.

- Scavone, L. (2001). Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 5(8), 47-59.
- Schenker, M. & Minayo, M. C. S. (2003). A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(1), 707-717.
- Scott, A. S. V. (2004). A família como objeto de estudo para o historiador. Em C. R. Althoff, I. Elsen & R. G. Nitschke (Orgs.), *Pesquisando a família: olhares contemporâneos* (pp. 45-54). Florianópolis: Papa-Livro.
- Silva, V. & Mattos, H. (2004). Os jovens são mais vulneráveis às drogas?. Em I. Pinsky & M. A. Bessa (Orgs.), *Adolescência e drogas* (pp. 31-44). São Paulo: Contexto.
- Simionato-Tozo, S. M. P. & Biasoli-Alves, Z. M. M. (1998). O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação*, 8(14/15), 137-150.
- Simionato-Tozo, S. M. P. (2000). *Ciclo de vida familiar: um estudo transgeracional*. Tese de Doutorado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto.
- Singly, F. de (2000). O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. Em C. Peixoto, F. de Singly & V. Cicchelli (Orgs.), *Família e individualização* (pp.13-19). Rio de Janeiro: FGV.
- Steinberg, L. & Morris, A. S. (2001). Adolescent development. *Annual Review of Psychology*, 52, 83-110.
- Sudbrack, M. F. O. (2001). Terapia familiar sistêmica. Em S. D. Seibel & A. Toscano Jr. (Orgs.), *Dependência de drogas* (pp. 403-415). São Paulo: Atheneu.
- Tallón, M. A., Ferro, M. J., Gómez, R. & Parra, P. (1999). Evaluacion del clima familiar en una muestra de adolescentes. *Revista de Psicologia Geral y Aplicada*, 451-462.
- Torres, A. (2000). A individualização no feminino, o casamento e o amor. Em C. Peixoto, F. Singly & V. Cicchelli. (Orgs.), *Família e individualização* (pp.135-156). Rio de Janeiro: FGV.
- Traverso-Yépez, M. A. & Pinheiro, V. S. (2002). Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. *Psicologia & Sociedade*, 14(2), 133-147.
- Wagner, A., Falcke, D., Silveira, L. M. B. O. & Mosmann, C. P. (2002). A comunicação em famílias com filhos adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 7(1), 75-80.
- Wagner, A., Ribeiro, L., Arteché, A. & Bornholdi, E. (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(1), 147-156.

Recebido em 01/02/2006

Aceito em 12/02/2007

Endereço para correspondência: Elisângela Maria Machado Pratta. Rua Episcopal, 2474, ap. 154A - Edifício Villagio di Napoli, Vila Lutfalla II, CEP 13560-049, São Carlos-SP. E-mail: emmppsic@scl.terra.com.br